

## *A crise da autoridade etnográfica*

O objetivo deste artigo é compreender, de forma sumária, a formação e crise da autoridade etnográfica. Mais do que uma questão metodológica, compreendo a “autoridade etnográfica”, seguindo os caminhos de Clifford Geertz (2009) e James Clifford (2002), como motor do próprio fazer etnográfico e, de forma geral, com as condições de constituição da Antropologia enquanto disciplina.

**Palavras-chave:** Etnografia; Crise etnográfica; Metodologia em pesquisa social.

## *The crisis of ethnographic authority*

The purpose of this article is to understand, in a summary way, the formation and crisis of ethnographic authority. More than a methodological issue, I understand “ethnographic authority”, following the paths of Clifford Geertz (2009) and James Clifford (2002), as the engine of ethnographic doing itself and, in general, with the conditions for the constitution of Anthropology as discipline


**Keywords:** Ethnography; Ethnographic crisis; Methodology in social research.

Topic: **Antropologia Social**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Received: **16/01/2023**

Approved: **20/04/2023**

**Felipe de Lima Bandeira** 

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/8990415396918035>

<https://orcid.org/0000-0002-9857-2554>

[felipebandeirastm@gmail.com](mailto:felipebandeirastm@gmail.com)

**Carlos de Matos Bandeira Junior**

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/2250585092136556>

[carlosirfotografo@gmail.com](mailto:carlosirfotografo@gmail.com)



DOI: 10.6008/CBPC2674-6654.2023.001.0003

### Referencing this:

BANDEIRA, F. L.; BANDEIRA JUNIOR, C. M.. A crise da autoridade etnográfica. *Humanum Sciences*, v.5, n.1, p.28-35, 2023. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6654.2023.001.0003>

## INTRODUÇÃO

Como assinala Clifford (2009), esta autoridade, que passou a ser cada vez mais destacada a partir da publicação dos trabalhos do polaco Bronislaw Malinowski (19884-1942), é parte da crítica do etnocentrismo que atravessou a constituição da teoria antropológica. Desde os trabalhos dos evolucionistas, passando pelo funcionalistas até as publicações de uma determinada antropologia interpretativa, esta questão esteve na base da crítica à teoria antropológica.

Como assinala Peirano (2014), ao trazer novos elementos do “campo”, o próprio pesquisador confronta-se com a teoria antropológica, resultando em uma invariável bricolagem intelectual. Isto não quer dizer que não exista um método etnográfico, mas, de maneira contraintuitiva, nos informa que os “pontos cegos” da teoria antropológica iluminam e levam adiante a experiência etnográfica.

Chamo de “ponto cego” os espaços de contato entre autor e nativos que não emergem espontaneamente do texto etnográfico, mas que são negociados e colocam em xeque o que se convencionou chamar de autoridade do autor. Penso que o autor não pode ser entendido como um sujeito onisciente que caminha entre nativos de modo a formar abstrações de sujeitos homogêneos. É preciso considerar que os nativos são sujeitos políticos e possuem interesses próprios e podem inferir no direcionamento do texto e na sua crítica.

Uma forma possível de desenhar os contornos dessa relação é a partir das linhas de força entre autor e nativo que surgem da produção textual. Ao seguir este fio condutor creio que, pelo menos parcialmente, é possível colocar em outros termos a relação entre “eu” e o “outro”, ou seja, a questão do etnocentrismo da produção etnográfica e lançar um olhar mais realista sobre os interesses, desejos e ideologias que atravessam a experiência etnográfica.

## DISCUSSÃO TEÓRICA

### A crise da etnografia

A etnografia nasceu no contexto político e intelectual de hierarquia das culturas e do evolucionismo. A Europa, por um lado, servia de medida para as culturas compreendidas como avançadas e o mundo colonial, por outro, era visto como um território estranho e habitado por povos exóticos e selvagens. Esta construção mental esteve na base do que se convencionou chamar de Novo Mundo.

Para descrever essas terras, mais para fins administrativos do que propriamente científico, os relatórios, documentos, fichas, inscrições e crônicas constituíam os meios pelo quais as grandes metrópoles tomavam conhecimento da vida colonial. Nesses documentos, os grupos humanos eram representados a partir de estereótipos essencialistas.

Esta tarefa descritiva era realizada, em grande medida, por missionários, viajantes e administradores e no final do século XIX, como assinalou Clifford (2002), “nada garantia, *a priori*, o status do etnógrafo como o melhor intérprete da vida nativa”. O desenvolvimento do pesquisador de campo e da autoridade

etnográfica, ao confrontar-se com essas imagens, foi um fenômeno que somente a partir da primeira metade do século XX se desenvolveu e consolidou.

Este movimento coincidiu com a definição, com razoável clareza, do objeto da antropologia: o estudo do homem primitivo ou dos selvagens, no sentido que foi lhe dado por Tylor, distinguindo-se do estudo biológico do homem (KUPER, 1978). No início do século XX houve também uma distinção entre uma abordagem amplamente geográfica, na qual se ocupava da migração, da difusão cultural e da classificação dos povos e outra, da qual chamava-se de abordagem sociológica, e que se ocupava do desenvolvimento das instituições sociais.

Foi nesse contexto que o estudo dos povos considerados selvagens ganhou importância no meio acadêmico. Em 1909, de acordo com Kuper (1978), nos encontros dos professores da Universidade de Oxford, o acúmulo dessas discussões já havia consagrado a terminologia “etnografia” para designar tal campo de estudos.

Passou-se então a diferenciar o etnógrafo profissional do “amador”. Isto contribuiu para legitimação do etnógrafo e formação do que Clifford (2002) chamou de “autoridade etnográfica”. Ao longo desse percurso, muitos intelectuais passaram a chamar atenção para a importância do trabalho de campo.

No período de profissionalização da etnografia, um dos intelectuais mais expressivos certamente foi Franz Boas, um físico de formação que se debruçou sobre o fazer etnográfico e compreensão das culturas. Boas produziu importantes avanços no método etnográfico. Seu novo estilo de pesquisa era qualitativamente diferente daquele realizado por missionários e cronistas e se destacava por amarrar e articular os componentes empíricos com os elementos da teoria antropológica. Entretanto, como observou Clifford (2002), Boas mantinha uma atitude documentária e observadora de um cientista natural.

A tradição do trabalho de campo intensivo, apesar de existirem muitas versões de seu surgimento ou aplicação, encontrou grande expressão nos trabalhos de Malinowski, que realizou pesquisa junto aos Trobriandeses de Nova Guiné, entre os anos de 1914 e 1918 e resultou na publicação, em 1922, da sua obra clássica “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”.

Os escritos de Malinowski passaram a balizar a teoria antropológica e abriu passagem da conhecida Antropologia de gabinete para o trabalho de campo. Como o próprio autor destaca na introdução de seu trabalho, o sucesso de sua obra decorreu de uma aplicação sistemática e paciente de um determinado conjunto de vivência e de princípios científicos bem definidos. Este caminho, a princípio tortuoso, resultou em uma nova forma de encarar a pesquisa etnográfica.

Dentre os elementos principais do quadro metodológico de sua pesquisa, Malinowski destacou que a vivência entre os nativos foi a pedra angular do seu trabalho. Para o autor, existe uma diferença enorme entre as pesquisas que fazem visitas esporádicas e se informam por terceiros, daquelas que enveredam por um contato real entre os nativos. Assim, a vivência de campo permite descrever não apenas o esqueleto da estrutura social, mas, como se refere o próprio autor, enche de sangue, carne e espírito o texto etnográfico.

Portanto, para Malinowski, é na vida cotidiana e na vivência com os nativos que o etnógrafo retira a riqueza e o material do seu trabalho. Este ponto, embora hoje nós pareçamos óbvio, não era considerado de

forma sistemática até a instituição profissional do trabalho etnográfico. A percepção do pesquisador e um trabalho de campo intenso permitiu produzir generalizações e articulá-las com a teoria antropológica, não para confirmar concepções pré-definidas, mas para conduzir trabalhos de orientação no campo e construir mapas mentais que ajude a melhor compreender a realidade nativa.

O interesse científico deve ser articulado com a sensibilidade da observação e da vivência em campo de modo a informar e conduzir o avanço e alcance das teorias. E é justamente este aspecto que se coloca como o motor crítico da pesquisa etnográfica.

O antropólogo, operando de modo intenso, poderia, de forma plausível, traçar o perfil do que se convencionou chamar de “presente etnográfico” – um ciclo de pesquisa e observação. Assim, quando Malinowski estabeleceu sua crítica a “história conjectural” dos *difusionistas*, ele partiu do pressuposto de compreensão do presente etnográfico e não de uma história de longa duração.

Essas inovações metodológicas serviram para validar uma nova compreensão da etnografia, baseada na observação participante e científica. Seus efeitos combinados passaram a ser vistos em outras obras de referências, como *Os Nuer* de Pritchard, publicado em 1940.

Pritchard (1978), à diferença de Malinowski, produziu uma obra com tempo mais curto e em condições adversas. Ele focalizou a estrutura social e política dos *Nuer*, analisada como um conjunto abstrato de relações entre segmentos territoriais, linhagens etc. Este conjunto, analiticamente construído, foi representado contra um pano de fundo “ecológico” composto por padrões migratórios e noções de tempo e espaço. Assim fazendo, Pritchard (1978) distinguiu claramente seu método daquilo que chamou de documentação “fortuita” da indicava pertencer as obras de Malinowski.

Como afirmou James Clifford (2002), os *Nuer* não é um extenso compêndio de observações e textos em língua nativa ao estilo dos Argonautas. Pritchard (1978) argumentou com o rigor que “os fatos só podem ser selecionados e articulados à luz da teoria”. Por isso, em os *Nuer*, o autor defendeu abertamente o poder da abstração científica para direcionar a pesquisa e compreender os dados da realidade.

Desta forma, a observação participante passou a ser encarada como uma ferramenta para articular as esferas “interior” e “exterior” dos acontecimentos. A partir desse ponto, pode-se melhor compreender as fronteiras culturais, situando seus significados e identificações em contextos mais amplos. Acontecimentos que pareciam isolados passaram a adquirir uma significação mais geral e foram classificados em regras estruturais.

No entanto, a observação participante, de maneira enganosa, pode produzir uma autoridade etnográfica onisciente – *eu estive lá*, como assinalou Geertz (2009). Esta autoridade, como assevera Geertz (2009), pode ter um sentido mais crítico se reformulado em termos hermenêuticos, como uma relação entre experiência e interpretação.

Para pensadores como Geertz (2009), as esferas da experiência e interpretação tem recebido uma atenção diferenciada. A partir deste entendimento, passou-se a criticar a ideia do etnógrafo como um “intérprete privilegiado”, do qual o texto etnográfico dependia basicamente da experiência de campo. Geertz (2009), com muita acuidade, resistiu a ideia de transformar, sem mediações, a experiência em interpretação.

Assim, a experiência etnográfica passou a ser encarada como a “construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências” (CLIFFORD, 2002). A Antropologia interpretativa passou a questionar as construções narrativa e descrições etnográficas. Ela contribuiu para uma crescente visibilidade dos processos criativos pelos quais os objetos culturais são inventados, interpretados e tratados como significativos.

O olhar para as culturas passou a ser entendido como um conjunto de textos a serem interpretados e, de forma a complementar esta hipótese, “a textualização passou a ser compreendida como um pré-requisito para a interpretação” (CLIFFORD, 2002). Operou-se um processo através do qual a fala, as crenças e a tradição oral passaram a ser marcadores significativos e separados de uma situação discursiva imediata. Ou seja, no momento da escrita do texto, este conjunto de elementos assume uma relação de contexto, constituindo aquilo que Geertz (2009) chamou de *etnografia densa*.

Existe, portanto, uma relação entre o texto e a realidade. Esta, por sua vez, não pode ser apreendido diretamente e é sempre inferida a partir de suas partes, e as partes devem ser separadas conceitualmente fluxo da experiência (CLIFFORD, 2002). Desse modo, a textualização gera sentido através de um movimento que separa e depois contextualiza um fato ou evento em sua realidade englobante. Neste processo, um modo familiar de autoridade é gerado a partir da afirmação de que se está representando realidades diferentes e significativas.

Este movimento ganha uma nova forma quando o discurso se torna texto. Como assinala Geertz (2009), no fazer etnográfico, o discurso limita-se a momentos e o contexto em que foi dito. Para entender o discurso, você tem que *estar lá*, na presença do sujeito. Para o discurso se tornar texto, ele deve se transformar em algo autônomo, organizado em uma forma específica construído a partir de uma interpretação autoral. E isto passa a não depender de estar na presença de alguém que fala.

Em última análise, o etnógrafo sempre vai embora, levando com ele o texto para posterior interpretação (CLIFFORD, 2002). Isto inclui as memórias, experiências, cheiros, documentos etc., que serão levados, interpretados e reconstruídos posteriormente. O texto, diferente do discurso, pode viajar e experimentar outras temporalidades. Se muito da “escrita etnográfica é produzida no campo, grande parte da elaboração e finalização textual é feita em outro lugar” (CLIFFORD, 2002). Assim, as experiências tornam-se *narrativas*.

A tradução da experiência do campo em um texto, separado das ocasiões vividas, produzem importantes consequências para a experiência etnográfica. Neste momento, os textos se tornam elementos de um contexto englobante e uma realidade cultural.

Ao ver as culturas como um conjunto de textos, por vezes contraditoriamente unidos, a autoridade etnográfica, como a entendemos desde pelo menos os escritos de Malinowski, entrou em crise. Em seus principais aspectos, esta experiência etnográfica possui limites que foram apontados, com muita razão, pelos críticos do colonialismo que, desde 1950, constituíram um novo quadro interpretativo sobre as formas de representação de suas culturas.

Desta forma, retirou-se o véu de neutralidade interpretativa da atividade do pesquisador. Tornou-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma outra realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo diferentes sujeitos conscientes e politicamente significativos. Como argumenta Clifford (2002), “o paradigma de experiência e interpretação deu lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia”. E continua, “um modelo discursivo de prática etnográfica traz para o centro da cena a intersubjetividade de toda a fala, juntamente com o seu contexto performativo imediato”.

O trabalho de campo passou cada vez mais ser inscritos nas margens que definem o “eu” e o “outro”. O texto da escrita etnográfica não pode ser pensado como monólogos ou a interpretação de uma realidade estranha. A linguagem da etnografia é atravessada por outras subjetividades e se forma a partir de uma negociação entre o eu e o outro.

O evento da interlocução entre esses polos destina ao etnógrafo uma posição específica numa teia de relações intersubjetivas. Não há nenhuma posição neutra no campo de poder dos posicionamentos discursivos. Nesse processo, a autoridade do etnógrafo e do narrador é alterada e passa a ser uma interpretação não apenas compartilhada, mas negociada com o outro (CLIFFORD et al., 2002).

Para mediar essa relação, constitui-se, o que Clifford (2002) chamou de um “terceiro participante” que, real ou imaginado, funciona como mediador entre qualquer encontro entre dois indivíduos. Por isso, uma maneira de interpretar essa complexidade discursiva é entender o curso geral da pesquisa como uma negociação em andamento.

Neste sentido, o controle nativo do conhecimento adquirido em campo pode ser considerável, e mesmo determinante. A escrita etnográfica atual está procurando novos meios de representar adequadamente a autoridade dos informantes (CLIFFORD, 2002). O etnógrafo deixa de ser um sujeito que pela pesquisa participante se move livremente no mundo de sujeitos nativos e, de maneira mais realista, passa a emergir em um mundo de sujeitos políticos com desejos e interesses próprios.

Mas, no texto etnográfico, de forma pragmática, a escrita final recebe uma assinatura. O próprio ato de nomear indica certo limite da estratégia de “dar voz” ao outro. A autoria do texto nos remete sempre a uma compilação de vozes. Também o público ao qual o texto se dirige, em grande parte leitores especializados, muitas vezes falantes de outras línguas, tornam relativa à ideia do texto como trabalho de muitas vozes. Ocorre sempre um direcionamento da obra, mesmo que o alcance desta adquira certa independência do autor. Talvez por este motivo observa-se cada vez mais uma cobrança dos nativos para que o resultado da pesquisa tenha um retorno para as suas comunidades.

Esta não é apenas uma questão ética, mas constitui mesmo um ponto fundamental da prática etnográfica. Assim, a trama de citações e dados retirados de uma pesquisa etnográfica tem relação tanto com sua origem, quanto com seu destino e, pode-se dizer, que o texto adquire seu significado mais expressivo através dos atos específicos de leitura. E essas leituras são variadas e estão além do controle de qualquer autoridade única, inclusive de seu autor.

Por fim, é importante ressaltar que os pressupostos políticos e epistemológicos atravessam o texto etnográfico. O *autor* não pode mais se permitir ignorar este fato. Ao seguir este fio condutor, observa-se que novas abordagens têm pautado a prática etnográfica como um processo de negociação em que os nativos compartilham autoridade, saberes e disputam os rumos e sentidos interpretativos do texto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei descrever neste trabalho, de forma sumária, os principais elementos da formação e crise da autoridade etnográfica. Como o leitor pôde observar, este aspecto tem relação direta com o etnocentrismo e o problema da tradução da experiência de campo no texto etnográfico.

Os trabalhos de Malinowski serviram de marcador para a definição da profissionalização da etnografia. Este processo culminou na produção de uma autoridade e da promoção do autor ao intérprete privilegiado das culturas.

A crítica não apenas aos escritos do autor dos Argonautas, mas ao próprio saber antropológico, permitiu lançar um olhar diferenciado sobre a autoridade e alteridade na pesquisa etnográfica. Aqui, os polos entre o *eu* e o *outro* assumem uma complexa relação de interesses que, a meu ver, enriquece a etnografia e a própria Antropologia.

Ao focalizar sobretudo os trabalhos de Clifford (2002) e Geertz (2009), desenvolvi um pequeno - e incompleto - quadro dessa questão. As obras desses autores, a meu ver, constituem faróis interpretativos para pensar a relação do texto etnográfico, a autoridade do autor e os desafios da antropologia frente aos processos cada vez mais crescente de crítica ao colonialismo e as formas etnocêntricas de representação do Outro.

Este certamente constitui um desafio que alimente a produção de um saber cada vez mais crítico e dinâmico, que não se deixa enquadrar-se facilmente em categorias estabelecidas *a priori*. Uma questão, é bom que se diga, que tem sido o desafio da própria Antropologia enquanto disciplina.

## REFERÊNCIAS

CLIFFORD, J.. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002.

EVANS, P. E.. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GEERTZ, C.. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

KUPER, A.. **Antropólogos e a Antropologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

MALINOVSKI, B.. **Os argonautas do Pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PEIRANO, M.. Etnografia não é método. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.20, n.42, p.377-391, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>

Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.

Todas as obras (artigos) publicadas serão tokenizadas, ou seja, terão um NFT equivalente armazenado e comercializado livremente na rede OpenSea ([https://opensea.io/HUB\\_CBPC](https://opensea.io/HUB_CBPC)), onde a CBPC irá operacionalizar a transferência dos direitos materiais das publicações para os próprios autores ou quaisquer interessados em adquiri-los e fazer o uso que lhe for de interesse.



Os direitos comerciais deste artigo podem ser adquiridos pelos autores ou quaisquer interessados através da aquisição, para posterior comercialização ou guarda, do NFT (Non-Fungible Token) equivalente através do seguinte link na OpenSea (Ethereum).

*The commercial rights of this article can be acquired by the authors or any interested parties through the acquisition, for later commercialization or storage, of the equivalent NFT (Non-Fungible Token) through the following link on OpenSea (Ethereum).*



<https://opensea.io/assets/ethereum/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/44951876800440915849902480545070078646674086961356520679561158143052894699521/>